



Número: **0800334-74.2019.8.15.0411**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Alhandra**

Última distribuição : **22/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE SEBASTIAO DOS SANTOS (AUTOR)		JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21391734	22/05/2019 16:53	Petição Inicial	Petição Inicial
21392065	22/05/2019 16:53	SCAN_20190522_165145202	Outros Documentos
21584406	30/05/2019 11:33	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
21584447	30/05/2019 11:43	Expediente	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ____ DO
FORUM DE ALHANDRA/PB**

**JOSE SEBASTIAO DOS SANTOS, CPF nº 542.058.084 - 53, Brasileiro, Casado, Policial Militar ,
Residente e Domiciliado na Rua Enerzina Correia da Silva, S/N, Nova Alhandra, Alhandra/PB, vem
respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de sua procuradora signatária, conforme instrumento
em anexo, mover a presente:**

Ação De Cobrança DA DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face da LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP 20031-205,
Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder
aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a
seguir:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Em virtude da situação Promovente de não poder arcar com as custas, emolumentos e demais despesas
processuais e, por preencher os requisitos legais então previstos, a mesma requer, desde já, os benefícios
da Justiça Gratuita, nos termos do Inciso XXXIV, do Art. 5º, da Constituição Federal, e das Leis nº
5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86.

I – DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **01/04/2017, ALHANDRA/PB**, sofrendo lesões corporais,
conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **TCE leve + Fratura do Acetábulo E,
conforme laudo médico acostado a exordial.**

**Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor R\$ 1.687,50(hum mil seiscentos e
oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora
Líder em anexo datado em 04/05/2018.**

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução
funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00
(treze mil e quinhentos reais), conforme relatórios médicos acostado em anexo.

-

II- DO DIREITO

O próprio nome do Seguro **DPVAT** é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores
de Via Terrestre. Isso significa que o **DPVAT** é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por
veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório **DPVAT** foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de
acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez
permanente, e o reembolso de despesas médicas.



As indenizações do **DPVAT** são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 Artigo 8º, que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (**DPVAT**), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito**, ou seja, **da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro **DPVAT** quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro **DPVAT** na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir



da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação.” **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e em Medida Provisória, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo”. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/03/2009)

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o Artigo 789 do novel Código Civil o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2008)

“SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência



para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por *veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação*". *Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).*

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo lesões preocupantes no Autor, tais como: **TCE leve + Fratura do Acetábulo E, conforme laudo médico acostado a exordial**, tornando-se evidente assim o impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na "*mens legislatoris*", bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da **Constituição Federal**.

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o **DPVAT** merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da **SEGURADORA LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro **DPVAT** a parte Autora, no valor de **R\$ 11.812,50(onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;
- e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes das Leis nº. 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;
- f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor **R\$ 11.812,50(onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**

Espera Deferimento.

Sape-PB 22/05/2019



JOSEANE FELICIANO

OAB/PB 13.030



NADEJA FRANCISCO DOS SANTOS
RUA EZEQUIA CORREIA DA SILVA, S/N - NOVA ALHANDRA
ALHANDRA/PB CEP: 58320-000 (AG: 18)

Entrega: 25/01/2018 Referência: Jan/2018

Classe/Subcl: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO B/230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880

Roteiro: 16-20-332-2020 Nº medidor: 00006422892

Energisa

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880
CNPJ: 06.095.153/0001-40 Insc. Est. 16.015.923-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica 19001283497
Cód. para Dth Automático: 00015463278

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196**

Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a
Jan / 2018

Apresentação
25/01/2018

Data prevista da
próxima leitura
26/02/2018

CPF/CNPJ/RAU
75924960463
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/1546327-6

Canal de contato

Compare sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no Facebook com @energisa e no Twitter (@energisa). Sempre que precisar de gente. Queremos estar sempre por perto!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
27/12/17	959	25/01/18	8752	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Consumo (kWh)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)
0601	Consumo (kWh)	154,00	113,35	113,35
0001	Adm. B. Verifica	0,00	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0804	JUROS DE MORALIDADE	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 11/2017	0,00	0,00	0,00
0904	COMPENSAÇÃO POTENCIADOR (CNA) 11/2017	0,00	0,00	0,00
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2017	0,00	0,00	0,00

CCI Classe de Classificação do Teto

VENCIMENTO
01/02/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 119,03

Histórico de Consumo (kWh)

188 | 177 | 175 | 178 | 187 | 172 | 187 | 181 | 173 | 119 | 132
Dez/17 | Nov/17 | Out/17 | Set/17 | Ago/17 | Jul/17 | Jun/17 | Mai/17 | Abr/17 | Mar/17 | Fev/17 | Jan/17

RESERVADO AO FISCO

ba54.b881.0be3.97ca.57c4.19f6.5d0f.b23b.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	15,2	120
DIC TRIMESTRAL	17,54	120
DIC ANUAL	25,09	120
FIC MENSAL	3,67	202
FIC TRIMESTRAL	7,25	202
FIC ANUAL	14,70	202
DMIC	3,71	231
DICRI	12,22	231

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PS	29,40	24,62
Compra de Energia	34,78	29,12
Serviço de Transmissão	4,51	3,78
Encargos Sociais	9,14	7,62
Impostos Diretos e Encargos	42,57	35,65
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	119,38	100,00

Valor do EUSD (Ref: 11/2017) R\$ 48,91

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) em atraso não seja(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 09/02/2018. Conforme Resolução 474 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a responsabilidade da dívida suscitada pelo fornecimento. Caso o mesmo não seja comunicado nas contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

Faturas em atraso

Dez/17 133,84

PARAIBA
Energisa
Roteiro: 16-20-332-2020
Matrícula: 1546327-2018-014

VENCIMENTO
01/02/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 119,03

83670000001-8 19030054000-1 15463272018-6 01400020019-7



20 ABR. 2018

SEMPRE NOSSA LÍDER OPART 7

14-ABR-2018 10:54 021691 1/1



POLÍCIA MILITAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA

FÉ PÚBLICA - DECRETO Nº 30.673

IDENTIDADE MILITAR Nº **12875**

GRAU HIERÁRQUICO
3º SARGENTO

NOME
JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS

José Sebastião dos Santos

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

POLÍCIA MILITAR

RG **194266 SSP-PB** CPF **542058084-53** MATRÍCULA **516025-1**

FILIAÇÃO **DAMIÃO SEBASTIÃO DOS SANTOS**
MARIA DE LOURDES DE SANTANA DOS SANTOS

NATURALIDADE **JUIZ DE PIRANGA - PB** DATA NASC. **06/05/1967** SEXO **M** ALTURA **1.65**

DOADOR DE ÓRGÃOS (PIS/PASEP) **12296534769** LG **10** RH **4**

OBSERVAÇÕES

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
João Pessoa, 27 de novembro de 2015

Paulo Roberto Gomes
CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

Nº DE INSCRIÇÃO **542058084-53**

NOME DO CONTRIBUINTE
JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO **06-05-67**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE
José Sebastião dos Santos

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE

STUBIA 2/A COM. 5. INQ. GRANJA-RUA AMORES 69 TELUURU SP CEC 4499101/00143 APO DER. AMTORG 08/04/11 - 071

SEBASTIÃO LIVER DPAT 7

14-ABR-2018 10:54 021688 1/1

20 ABR. 2018





SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO ESTADO SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE: JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS
DADOS DE NASCIMENTO: 19/05/87
NOME DA MÃE: MARIA DE LOURDES SANTANA DOS SANTOS

RECEBIDA EM 14-04-2018

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º: 391.293
Nº PRONTUÁRIO: 104.235
DATA DO ATENDIMENTO: 14/04/2018
HORA DO ATENDIMENTO: 08:35
MOTIVO DO ATENDIMENTO: ACIDENTE DE AUTOMÓVEL
DIAGNÓSTICO(S): TCE LEVE A FRATURA DO ACETÁBULO E
CID 10: S80.0 + S82.4

14-04-2018 08:35 02.16.93.1/1

AValiação INICIAL:

Paciente das entradas neste Hospital, vítima de acidente de trânsito (colisão carro x carro), trazido pelo SAMU, apresentando escoriações em a pele e ferimento na região antecubital D, dor torácica, além de dor em coxa. Ena rotulação externa. Oligotórax. Avaliação pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio
TC da coluna cervical
RX do tórax - AP
RX do quadril - AP - Alça Ocoturante
RX da coxa E - AP e P
USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Fratura no acetábulo E do RX. Sem alteração no TC's, USG e aos outros RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Estevão Furtado e Dr. Ewerton Noronha Teixeira. Tratamento conservador do TCE pela Neurocirurgia.

ALTA HOSPITALAR: 14/04/18
DATA DA EMISSÃO: 15/04/18

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO (R) RBEETSHL
CRM: 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se a ser incorporado em prontuário hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, AMPLIAR E REPRODUTIBILIDADE E QUALIDADE DO TRATAMENTO

20 ABR. 2018





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00129.01.2018.1.06.106

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00129.01.2018.1.06.106, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:43 horas do dia 31 de janeiro de 2018, na cidade de Alhandra, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia de Comarca de Alhandra, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Paulo de Oliveira Martins, matrícula 1127683, e lavrado por Karla Virgínia Falcão Campos Cavalcanti, Escrivão de Polícia, matrícula 1684698, ao final assinado, compareceu **José Sebastião dos Santos**, identidade funcional nº 12875, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Policial Militar, filho(a) de Maria de Lourdes de Santana dos Santos e Damião Sebastião dos Santos, natural de Juripiranga/PB, nascido(a) em 06/05/1967 (50 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Enerzina Correia da Silva, Nº S/Nº, complemento BAIRRO: NOVA ALHANDRA, bairro [Indeterminado], tendo como ponto de referência Estádio de Futebol, na cidade de Alhandra/PB, telefone(s) para contato (83) 99328-8739.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Projetada, nº S/Nº, Próximo Ao Campo de Futebol do São Paulo, Alhandra/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 01/04/17 17:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

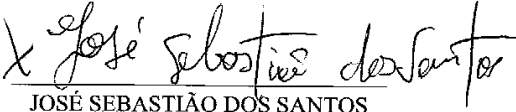
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que, na tarde do dia 01/04/2017, por volta das 17:00 horas, quando estava pilotando a motocicleta Honda NXR 160 BROS ESDI, de placa OFZ6283- PB, de cor branca, Ano de Fab/Mod: 2015, Chassi nº 9C2KD0810FR426660, registrada em nome de Luiz Felix da Silva, quando estava no Bairro de Salgadinho, próximo ao campo de futebol do São Paulo, quando perdeu o controle da mencionada moto, devido aos buracos existentes na via, momento em que colidiu frontalmente com um veículo de marca/modelo, placa e condutor não identificados, o qual, se evadiu do local; Que, devido ao mencionado acidente automobilístico, o noticiante foi socorrido por uma ambulância do SAMU, sendo levado para o Hospital Trauma, em João Pessoa, onde foi hospitalizado e submetido à intervenções cirúrgicas, conforme laudo médico, (boletim de entrada nº 991.238) e (nº do prontuário 101.235) do mencionado hospital.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

Alhandra/PB, 31 de janeiro de 2018.


KARLA VIRGÍNIA FALCÃO CAMPOS
CAVALCANTI
Escrivão de Polícia


JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS
Noticiante

DOCUMENTO ORIGINAL

20 ABR. 2018

Procedimento Policial: 00129.01.2018.1.06.106

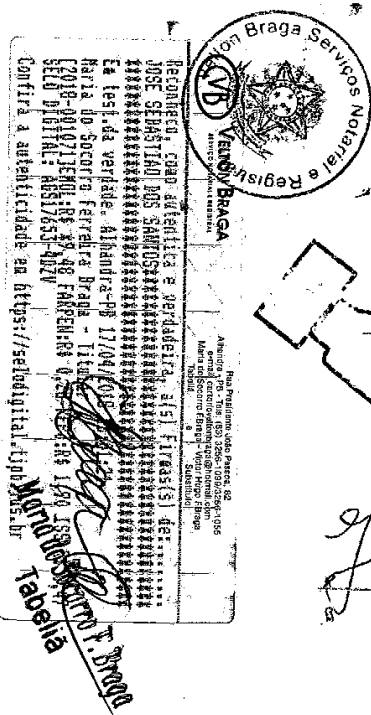


PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: João Sebastião dos Santos, brasileiro(a),
estado civil casado, profissão policial militar, CI RG nº
1194256 SSP/PB CPF/MF nº 542.058.084-53 residente e domiciliado(a)
à Rua Emergina Garcia do Silva, SN, Vila Alondra Cidade de
Alondra, Estado Paraíba, CEP:
58320000, telefone (83) 99181-6739.

OUTORGADO: Joseane Ellen de Melo Feliciano
sob o nº _____, CNPJ/CPF 036.219.034-88
com endereço profissional à
Doutor Antônio Polito, 175, Boncoiros, na cidade de
João Pessoa, Estado do Paraíba.

PODERES: Concede poderes especiais do outorgado para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder, Seguradoras conveniadas a Líder DPVAT e a Susep.
Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.



Alondra/PB, 17 de abril de 2018.

João Sebastião dos Santos
OUTORGANTE

DOCUMENTO ORIGINAL

20 ABR. 2018



CERTIDÃO:

Certifico que, a escrivnia designa o dia 22/07/2019, às 11.00 hs, no Fórum local, para realização de audiência de CONCILIAÇÃO.

O referido é verdade, dou fé.

Alhandra, 30 de maio de 2019.

Silvando Torres Ferreira

Tec. Judiciário





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Alhandra**

PROCESSO Nº 0800334-74.2019.8.15.0411

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Advogado do(a) AUTOR: JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO - PB13030

INTIMAÇÃO

Intime-se a Procuradora e Advogada da parte autora, para tomar ciência da DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 22/07/2019, às 11.00 hs, no Fórum local. Devendo comparecer com a parte autora à audiência. .

Alhandra, 30 de maio de 2019

Silvando Torres Ferreira

Técnico Judiciário

